

EDUCAÇÃO AMBIENTAL LOCAL E GLOBAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM FERNANDO DE NORONHA*

LOCAL AND GLOBAL ENVIRONMENTAL EDUCATION: PUBLIC POLICIES
AND PARTICIPATION IN FERNANDO DE NORONHA

LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA AGENDA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
BRASILEÑAS: UN ANÁLISIS DESDE EL CONCEPTO DE CICLO POLÍTICO

Vivian BATTAINI & Marcos SORRENTINO

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo

Fecha de recepción: 27.V.2020
Fecha de revisión: 17.VI.2020
Fecha de aceptación: 29.VI.2020

PALAVRAS-CHAVE:

Participação
Políticas Públicas
Ilha Fernando de
Noronha
Educação Ambiental

RESUMO: Tendo como linha de base os relatos fundamentados em pesquisa e experiências de educação ambiental (EA) que ocorreram na Ilha de Fernando de Noronha - Pernambuco/ Brasil, este artigo busca analisar fatores que podem fomentar ou dificultar o incremento da participação social ambientalista e da educação ambiental, bem como o papel das políticas públicas no fomento de uma cultura de procedimentos democráticos voltados à construção de sociedades sustentáveis. A pesquisa propiciou melhor conhecer a realidade local e ofereceu oportunidades para o amadurecimento de diálogos voltados a definir princípios e iniciativas que possam contribuir para o ciclo de formulação e implantação de políticas públicas de EA. É uma pesquisa-intervenção qualitativa realizada junto a uma instituição conservacionista, que atua no campo da EA. Dialoga com pesquisas etnográficas na área da educação e utilizou como técnicas de coleta de dados: análises de documentos oficiais, observação participante, intervenções educadoras e entrevistas semi-estruturadas. A análise dos trabalhos

CONTACTO CON LOS AUTORES

CÁTIA EMANUELA AUGUSTO VAZ, Rua Prior do Crato Nº1 2º esquerdo, 5300-043 Bragança, Portugal. Tel.: 9386501434.
Email: catia.vaz@ipb.pt/catiaema@hotmail.com. ID ORCID 0000-0001-5771-7510

* Esse texto é desdobramento da tese de doutorado “Educação Ambiental e políticas públicas em Fernando de Noronha: a participação na construção de escolas e sociedades sustentáveis” elaborada pela autora principal sob orientação do segundo autor do presente artigo e defendida em 2017 junto ao Programa de Pós Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP), campus de Piracicaba. A pesquisa só foi possível pela parceria com o Projeto Golfinho Rotador de Fernando de Noronha/Pernambuco, Brasil, financiado pela Petrobrás, no qual a autora atuou como educadora ambiental no ano de 2013.

	<p>de campo, enriquecida por outras vivências do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca) da Universidade de São Paulo, evidenciam a necessidade de políticas públicas que propiciem uma EA permanente, continuada, articulada e com a totalidade da população de cada território e aponta alguns possíveis caminhos para isto ocorrer, tendo centralidade na participação dialógica que articula iniciativas por meio de um projeto político pedagógico interinstitucional.</p>
<p>KEY WORDS: Participation Public policy Fernando de Noronha Island Environmental education</p>	<p>ABSTRACT: This article seeks to analyse factors that may foster, hinder or increase environmental social participation and environmental education (EE) on the Island of Fernando de Noronha - Pernambuco / Brazil. The role of public policies in fostering a culture of democratic procedures aimed for building sustainable societies is another aim in this study. The relationships between research and experimentation in EE are the basis for this analysis. A survey provided a better understanding of the local reality and offered opportunities for the dialogues maturation focused on the definition of principles and initiatives that can contribute to the cycle of public policies formulation and implementation for EE. This was a qualitative research-intervention carried out with a conservationist institution, which operates in the field of EE. It dialogues with ethnographic research in the field of education and used as techniques of data collection: analysis of official documents, participant observation, music and semi-structured interviews. The analysis of the fieldwork were enhanced by other experiences of the Laboratory of Education and Environmental Policy (Oca) of the University of São Paulo and showed the need for public policies able to provide a permanent, continuous and articulated EE with the population of each territorial group. It also indicates some possible ways for that betting on the centrality of dialogical participation which articulates initiatives through an interinstitutional pedagogical political project.</p>
<p>PALABRAS CLAVE: Participación Políticas públicas Isla Fernando de Noronha Educación ambiental</p>	<p>RESUMEN: Con base en los informes fundamentados en investigaciones y experiencias en educación ambiental (EA) que tuvieron lugar en la Isla de Fernando de Noronha - Pernambuco / Brasil, este artículo busca analizar los factores que pueden alentar o dificultar el aumento de la participación social ambientalista y la educación ambiental, bien como el papel de las políticas públicas en el fomento de una cultura de procedimientos democráticos destinados a construir sociedades sostenibles. La investigación nos permitió tener una mejor comprensión de la realidad local y ofreció oportunidades para la maduración de diálogos destinados a definir principios e iniciativas que puedan contribuir al ciclo de formulación e implementación de políticas públicas para EA. Es una investigación-intervención cualitativa realizada con una institución conservacionista, que opera en el campo de la EA. Hace diálogo con la investigación etnográfica en el campo de la educación y ha usado como técnicas de recopilación de datos: análisis de documentos oficiales, observación participante, intervenciones educativas y entrevistas semiestructuradas. El análisis del trabajo de campo, enriquecido por otras experiencias del Laboratorio de Educación y Política Ambiental (Oca) de la Universidad de São Paulo, muestra la necesidad de políticas públicas que brinden una EA permanente, continua y articulada con toda la población de cada territorio, y señala algunas formas posibles para que esto ocurra, donde debería tener un papel central la participación dialógica que articula iniciativas a través de un proyecto político pedagógico interinstitucional.</p>

1. Introdução

O desafio para as políticas públicas de educação ambiental é de serem permanentes, continuadas, articuladas e junto à totalidade dos habitantes de um determinado território (Portugal *et al.*, 2012). O que exige voltar-se ao Bem Comum, perpassando todo o tecido social, desde escolas e demais equipamentos sociais, até mecanismos, institucionalizados ou não, de tomada de decisão. Para tanto, precisam fazer parte da cultura e dos programas, projetos e da própria constituição de governos locais, comprometendo-os com a promoção de uma “ecocidadania”, que passa pela geração de trabalho e renda, economia circular, “infraestrutura e tecnologias verdes” e pesquisas/ações comprometidas com o “bem viver”.

Dialogar com propostas presentes na Política e no Programa Nacional de Educação Ambiental do Brasil e em outros documentos da área pode auxiliar na criação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à efetividade na sua implantação.

Os procedimentos voltados à promoção de mudanças culturais e no modo de produção e consumo no sentido da sustentabilidade socioambiental necessitam ser problematizados e repactuados. Polaridades do tipo local/global, aprofundamento disciplinar e complexidade transdisciplinar, teoria/prática e forma/conteúdo, mudanças individuais/mudar o sistema, dentre outras, devem ser questionadas, na busca por “uma nova cultura da Terra, terra e território” (Sorrentino *et al.*, 2020).

Considerando a urgência dos desafios socioambientais e a sua emergência, por exemplo, nos eventos climáticos extremos e em pandemias como a do Covid19, é necessário compreender como as políticas públicas se realizam localmente para tornar possíveis estratégias que contribuam para aprimorar o seu ciclo de formulação, implantação e avaliação.

1. Educação ambiental como política pública estruturante

Segundo Battaini e Sorrentino (2018, p. 156 e 157), as políticas públicas, conforme aponta Frey (2000), têm três dimensões: conteúdos (*policy*), institucional (*polity*) e processual (*politics*).

“Os conteúdos são as leis, os programas, os projetos, entre outros. A dimensão institucional se refere ao sistema político-administrativo, às instituições e às dinâmicas envolvidas no processo. A dimensão processual abrange as relações políticas e os interesses presentes. Para o autor, em qualquer situação de elaboração e implantação de políticas públicas, sobremaneira aquelas participativas, as três dimensões precisam ser consideradas, já que estarão presentes implícita ou explicitamente e exercerão influências sobre os conteúdos produzidos. A pesquisadora Biasoli (2015) defende a inclusão da política do cotidiano como quarta dimensão, considerando as motivações subjetivas dos atores sociais e as forças instituintes das políticas públicas, reforçando o fazer político cotidiano e os processos educadores”.

Dye afirma que “a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (2005, p. 1, *apud* Heidemann, 2010, p. 30), mas Souza (2006), Sorrentino *et al.* (2005), Heidmann (2010), Morimoto (2014) e Biasoli (2015) apresentam uma visão multicêntrica de políticas públicas.

Na visão estadocêntrica o Estado e seus governos formulam e implantam as políticas públicas, sendo de sua competência promover universalidade, poder coercitivo e legitimidade das mesmas. Na segunda perspectiva, a multicêntrica, valoriza-se a participação de todos os atores da sociedade em conjunto com o Estado. Certamente há variações em cada visão sobre o grau de envolvimento e efetiva participação da sociedade e sobre o papel do Estado, mas a tendência atual em ambas é a de ressaltar-se que fortalecer a sociedade não significa enfraquecer o Estado (Sorrentino *et al.*, 2005), mas aproximá-lo da cidadania. Fortalecendo-a para manter o equilíbrio dos três pilares do estado-nação contemporâneo - estado, comunidade e mercado, na promoção

dos processos de regulação e emancipação demandados pela vida em sociedade (Santos, 2008).

No presente artigo parte-se da compreensão de um Estado comprometido com uma educação que promova simultaneamente as pactuações regulatórias estabelecidas por instrumentos legais e por outros acordos coletivos, a emancipação humana e o envolvimento de cada um e de todos com as transformações de seu território (Sorrentino, 2013).

Uma EA comprometida com o fortalecimento da cidadania ambiental, a participação na gestão do território e a formação de seus sujeitos focada no indivíduo e no coletivo ao mesmo tempo. Processos que incentivem cada pessoa a buscar seus sentidos existenciais exercitando o diálogo Eu-Tu (Buber, 1974), ao mesmo tempo em que, promove estratégias de atuação em coletivos, intervenções no território, mudanças culturais e incidência em políticas públicas. Dessa forma, atuam em processos pedagógicos e nas políticas públicas sendo que os dois processos ocorrem concomitantes e se retroalimentam (Andrade *et al.*, 2014).

Estratégias pedagógicas e políticas públicas de EA capazes de formar sujeitos participativos e atuantes na transição para sociedades sustentáveis balizam-se em princípios, utopias, concepções filosóficas e ideologias comprometidas com “uma nova cultura da Terra, da terra e do território” (Sorrentino *et al.*, 2020).

Pessoas e coletivos comprometidos com o cuidado com a terra, com o cuidar das sementes, o fazer com as próprias mãos e ser o mais autônomo possível na sua sobrevivência. Isso implica questionar e reduzir o consumismo, produzir e/ou preparar os próprios alimentos, diminuir o uso de combustíveis fósseis, entre outros comportamentos, atitudes e valores unidos pelo objetivo de questionar as necessidades materiais simbólicas, reconhecendo o compartilhar um mesmo Planeta. Partilha que exige solidariedade sincrônica e diacrônica, ou seja, atenção e cuidados com contemporâneos e com as gerações que por aqui já passaram e as que virão ainda a habitar este complexo e belo Planeta.

Uma cultura fundamentada em valores de cuidado com a vida em toda a sua diversidade, no diálogo com o Outro, forjando pactos coletivos para cuidar de Gaia, a mãe comum que sustenta a vida. Dela cuidar é conectá-la com o território no qual se atua cotidianamente, procurando fomentar circuitos curtos de produção e consumo, relações dialógicas e solidárias que contribuam, ao mesmo tempo e como exemplo, para lançar menos gás carbônico na atmosfera e cultivar as amizades, tão essenciais na busca da felicidade individual e coletiva.

O presente artigo busca nos trabalhos de campo da pesquisa relatada elementos que possam fortalecer uma EA na perspectiva de políticas públicas que atuam por uma nova cultura da Terra, da terra e do território, comprometidas com a transição para sociedades sustentáveis.

2. Sociedades Sustentáveis

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992 *apud* Viezzer, 2004) enfatiza a importância dos processos educadores ambientalistas terem por horizonte a construção de sociedades diversas e plurais, nas quais o diálogo tenha centralidade para a compreensão de uma utopia necessariamente processual, forjada a partir de cotidianos capazes de exercitar o fazer político voltado ao Bem Comum.

O conceito de transição para sociedades sustentáveis reconhece a necessidade de romper com o que está estabelecido, dialogando com o instituído que permita transitar para transformar. Quando se fala de transição fica forte a necessidade de mudança na matriz energética e nas tecnologias, importantes, porém insuficientes, pois a transição exige processos educadores ambientalistas capazes de fomentar mudanças culturais que influenciem nas diversas áreas do existir; que formem sujeitos comprometidos com o Bem Comum e que atuem em distintas dimensões e temáticas da construção de “novos mundos possíveis”.

Propor caminhos para formular, executar e fortalecer políticas públicas estruturantes em Fernando de Noronha aponta para um diálogo com as políticas públicas instituídas. Como explicitado, a transição para sociedades sustentáveis necessita dialogar com o instituinte, mas não pode ignorar e deixar de dialogar com o instituído, que se explicita, por exemplo, nos documentos oficiais.

Alguns desses documentos, no campo da educação, educação ambiental e unidades de conservação são mencionados aqui com a finalidade de oferecer subsídios para as análises posteriores:

(a) Leis de Diretrizes de Bases da Educação - LDB (1996)

Nela estão estabelecidos as diretrizes e bases da educação nacional, sendo mencionadas algumas relações vinculadas a compreensão do ambiente natural e do meio em que vive associados à preparação para o exercício da cidadania.

(b) Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999)

A lei 9.795, específica para EA, a indica como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Regulamentada por decreto em 2002, teve o seu Órgão Gestor, composto pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação e o seu Comitê Assessor, compostos por diversas organizações da sociedade brasileira, implantado em junho de 2003, no entanto foi desativado no início de 2019, por ato arbitrário do governo federal.

(c) Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (1997, 2003, 2005, 2014, 2018)

Apresenta “diretrizes, princípios, visão, missão, objetivos, público e linhas de ação que orientam a educação ambiental no Brasil” (MMA, 2018, p. 13).

(d) Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc (2000)

Regulamenta os usos das unidades de conservação e fomenta a realização da educação ambiental na gestão das unidades e com o público visitante.

(e) Programa Nacional de formação de educadoras e educadores ambientais, por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade - ProFEA (2006)

Construído com a perspectiva de qualificar as políticas federais e estimular a descentralização da formação.

(f) Comissão de meio Ambiente e qualidade de Vida - Com-vida (2007)

Visa consolidar “um espaço estruturante e permanente para realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com intercâmbio entre as escolas e comunidades” (MEC, MMA, 2007, p. 9).

(g) Diretrizes Curriculares Nacionais de EA - DCN de EA (2012)

Orienta a implementação com foco na educação escolar, do determinado pela Constituição Federativa (1988) e pela PNEA, relativo à obrigatoriedade de promover-se a EA da sociedade brasileira. Substitui, como diretriz produzida pelo governo federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997.

(h) Programa Nacional Escolas Sustentáveis (2012)

É uma proposta focada na educação básica, voltada a apoiar a transição das escolas rumo à sustentabilidade. Vem sendo desenvolvida de forma assistemática, com falta de recursos financeiros, humanos e políticos para a sua implantação.

(i) Plano Nacional de Educação - PNE (2014)

O PNE incentiva que estados, municípios e distrito federal construam suas políticas locais, expressas no artigo oitavo.

(j) Projeto Político Pedagógico do Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e suas vinculadas¹ - PPP do MMA (2015)

Objetiva “organizar e estruturar o conjunto de processos educativos do MMA e suas entidades vinculadas, com vistas à articulação, integração, coesão e sinergia entre os setores, a sociedade e as políticas públicas socioambientais” (Raymundo *et al.*, 2015, p. 153). No documento sugere-se que as unidades de conservação construam Projetos Políticos Pedagógicos territoriais.

(k) Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017)

“é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (site oficial²).

A versão final da BNCC foi criticada por diversos setores da sociedade brasileira, devido à desconsideração do acúmulo de sugestões do Conselho Nacional de Educação. Na área da educação ambiental representou um retrocesso desconstruindo parte dos avanços já presentes nos PCN e nas DCN de EA. Na BNCC a educação ambiental está ausente. Um tema transversal chamado Meio Ambiente foi incluído de forma bastante tímida.

Inspirados por estes documentos que enfatizam de forma diversa a importância da participação qualificada no “estabelecimento das agendas e conseqüentemente implementação das políticas públicas estruturantes desejadas e necessárias para a construção de sociedades sustentáveis” (Morimoto, 2014, p. 65), e no referencial anteriormente citado, desenvolveram-se os trabalhos de campo da pesquisa abaixo relatada.

2. Metodologia

A metodologia da pesquisa em foco é qualitativa. O caráter qualitativo ressalta a relação direta do pesquisador com o território (Ludke y André 1986) e seu caráter subjetivo e não neutro (Goldenberg, 1999).

Dentre as vertentes qualitativas, a pesquisa-intervenção que:

“consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico” (Aguiar, 2003; Rocha, 1996, 2001 *apud* Rocha, 2003, p. 66).

Nesse sentido, a intervenção realizada em Fernando de Noronha foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa, pois facilitou a aproximação e o “fazer junto” com instituições que atuam no Arquipélago e com pessoas que ali residem e trabalham.

Para André (2012), “a etnografia no seu sentido mais amplo, pode ser definida como um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida de uma cultura para apreender seu modo de viver em seu ambiente natural” (Battaini, 2017, p. 51). Um trabalho pode ser caracterizado como do tipo etnográfico em educação “em primeiro lugar quando ele faz uso das técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista e a análise de documentos” (André, 2012, p. 28).

Becker afirma que “as situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer exigem, a improvisação” (1994, p. 11). Dessa forma, adaptações metodológicas foram realizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa e as técnicas de coleta de dados foram sendo incrementadas.

As técnicas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa foram: análise de documentos oficiais, observação participante, intervenções educadoras e entrevistas semiestruturadas³.

Os documentos oficiais são ricas fontes para o conhecimento de uma determinada problemática, “[...] uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos de investigação escolhidos” (Guba y Lincon, 1981, *apud* Ludke y André, 1986, p. 39). Optou-se por analisar documentos relacionados à educação, educação ambiental e participação de Fernando de Noronha⁴.

A observação participante, durante todo o período vivencial da pesquisadora, 2013, junto ao cotidiano de Fernando de Noronha, permitiu⁵:

“o acesso a informações privilegiadas, incluindo aquela que ele recebe de sua própria experiência (Caplow, 1970), graças a uma compreensão mais intensa do vivido dos participantes observados” La-perrière, 1984 *apud* Jaccound e Mayer, 2008, p. 264).

As três intervenções educadoras ambientalistas⁶ ocorreram:

“através de projetos pedagógicos em uma perspectiva freireana.[...] O projeto é um desafio que se coloca para, ao entender a realidade, procurarmos enfrentar os problemas transformando a realidade e a nós, reciprocamente” (Guimarães, 2005 p. 196).

Por fim, a entrevista é “uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais” (Ludke y André, 1986, p. 33) que permite “a captação imediata e corrente da informação desejada” (ibidem, p. 34). Foram realizadas 27 entrevistas em junho de 2016 com 45 indivíduos.

Como apoio no registro dos dados coletados foi utilizado um caderno de campo: “nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas” (Neto, 2002, p. 63). A pesquisadora buscava registrar os fatos e suas impressões o mais rápido possível após tê-los vivenciados.

Os trabalhos de campo foram realizados em Fernando de Noronha. Linsker (2011, p. 14), descreve o Arquipélago com 26 Km², formado por 21 ilhas, ilhotas ou rochedos, distante 375 Km de Natal e 575 Km de Recife. A ilha principal é a única habitada com população estimada entre 3.061 habitantes (IBGE, 2019) distribuídos em uma área de 17 Km². Fernando de Noronha é um Distrito Estadual de Pernambuco (artigo 96 da Constituição Estadual)⁷ formado por duas unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo (Decreto Federal 92.755/1986) e Parque Nacional Marinho - Parnamar - (Decreto Federal 96.693/1988).

A gestão do território é compartilhada entre a Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁸.

3. Resultados e discussão

Neste item são apresentados os resultados já acompanhados da discussão sobre os mesmos, sob a ótica da literatura apresentada. Na primeira parte, uma interpretação retrospectiva dos trabalhos vivenciados ou identificados nas atividades de campo, com especial enfoque na questão da

participação e do diálogo. A segunda parte é dedicada à prospecção fundamentada nos aprendizados de campo e no diálogo com a literatura.

1. Resultados e interpretações retrospectivas

Os resultados apresentados nessa seção são um aprofundamento daqueles discutidos na tese de doutorado citada e de artigos resultantes dela que contribuem para a compreensão do que é central neste texto - a participação dialógica e sua relação com a formulação e implantação de políticas públicas comprometidas com a construção de uma nova cultura da Terra, da terra e do território.

Os resultados estão organizados a partir das “dimensões” das políticas públicas citadas na introdução deste artigo: conteúdo, institucional e processual (Frey, 2000) e subjetiva ou do cotidiano (Biasoli, 2015).

Conteúdo

A institucionalização de políticas e programas no território, alinhadas com acordos internacionais e políticas nacionais e estaduais, são importantes para garantir sua continuidade e recursos para a sua realização. Em Fernando de Noronha, os principais documentos regulatórios são a Lei Orgânica do Distrito e os Planos de Manejo da APA e do Parnamar.

Para Battaini e Sorrentino (2018), a ausência da EA na Lei Orgânica do Distrito fragiliza a sua realização, articulação, continuidade de ações e previsão e destinação de recursos para a área. As duas unidades de conservação, APA e Parnamar, construíram planos de manejos, obrigatório segundo Snuc, que trazem de forma explícita compromissos com a EA, porém as dificuldades para a sua concretização podem ser atribuídas ao fato de ser uma ação secundária nos objetivos conservacionistas e não central aos processos de formulação e implantação de políticas públicas na área.

Em relação à Educação, o PNE (2014) determina a necessidade de elaboração de planos estaduais e municipais que regulamentem a educação conforme especificidades locais. No caso de Noronha, a imposição se fortalece pela particularidade de ser uma ilha turística, porém havia pouca mobilização neste sentido em 2013⁹ e, em 2020, em consulta feita no mês de abril, a uma conselheira distrital, a informação é que havia uma minuta de Plano elaborada para Noronha, mas ainda não aprovada¹⁰.

Duas outras fragilidades são a ausência da EA no PPP da EREM AFN e a educação ambiental institucionalizada enquanto disciplina obrigatória seguindo as Orientações Pedagógicas para a

Inserção da Educação Ambiental no Ensino Básico de Pernambuco (Pernambuco, 2013), o que rompe com seu aspecto transdisciplinar apontado por PNEA, ProNEA e DCN de EA. Transdisciplinaridade, proposta na literatura (Morin, 2003; Nicolescu, 1999), que tem nas relações de cidadania e interações da escola com a comunidade, um importante caminho facilitador. Assim como o Programa do MEC “Escola Sustentável”¹¹, por exemplo, que orienta quatro eixos para a atuação no sentido de ambientalizar a Escola: gestão, equipamentos, conteúdos (voltados ao interior da escola), e a cidadania. Este último pode ser visto como transversal aos outros três, enfatizando a relação da escola com a comunidade. Nos dados coletados pela pesquisa também foi ressaltada a importância da interação das unidades escolares com o seu entorno.

Institucional

A Administração de Noronha tem duas diretorias (Administrativa e Financeira; e Infraestrutura e Obras¹²). Há um Conselho Distrital que fiscaliza e propõe ações para a Administração. Ele é fortalecido por conselhos consultivos: Área de Proteção Ambiental, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, Saúde, Assistência Social, Turismo, e Educação (Coned).

Dentro desta organização, a educação é vulnerável devido à ausência de uma Diretoria de Educação na ADEFN e as fragilidades do Coned. Uma conselheira distrital, em abril de 2020, destacou que o Coned estava parado por falta de pessoas para assumir sua presidência. O Coned, em 2013, já se revelava enfraquecido, com dificuldades para ter quórum para a realização das suas reuniões, segundo as anotações dos cadernos de campo (Battaini, 2017). Quando eram realizadas tinham centralidade as pautas relacionadas à EREM AFN, assemelhando-o a um Conselho Escolar (Battaini, 2017), apesar do Distrito ter outra Escola, um Centro de Educação Infantil, diversas atividades de educação em execução e demandas por outras atividades na área junto a todos os seus municípios.

Processual

Apesar das fragilidades de institucionalização da EA em Fernando de Noronha, projetos e ações são desenvolvidas no território. Nos trabalhos de campo descritos por Battaini (2017), foram identificadas dez instituições que realizavam 30 atividades de EA em Noronha - cinco públicas, duas não governamentais, duas privadas e um coletivo não formal de cultura, em 2013. Destaca-se que

a maior parte delas tem interface com a EREM e apresenta uma boa relação com a gestão escolar o que pode ser positivo para o desenvolvimento e fortalecimento da EA.

A existência de ações de EA e instituições promotoras são identificadas como positivas na pesquisa de campo, porém o seu desenvolvimento como política pública é limitado pelo fato delas não a terem como missão central ou não terem profissionais empoderados para trabalhar integralmente com a temática. Destacam-se ainda:

“fragilidades nas articulações interinstitucionais entre os proponentes de atividades de EA, relacionadas às divergências pessoais, filosóficas, conceituais e metodológicas, à ausência de espaço específico instituído de diálogo e ainda a projetos voltados apenas a demandas pessoais ou de uma instituição” (Battaini, 2017, p. 162).

A criminalização de práticas tradicionais que geram renda para a população nativa, mas implicam impactos na biodiversidade, a especulação imobiliária e as pressões para a ampliação da área urbana dentro da APA, influenciam a visão que moradores da Ilha têm do ICMBio - visto, muitas vezes, como preocupado apenas com a biodiversidade. A gestão partilhada entre ADEFN e ICMBio também se apresenta como um desafio constante tendo em vista as mudanças políticas que ocorrem em ambas e a sobreposição de atribuições.

Subjetiva ou do cotidiano

A dimensão das políticas públicas comprometida com a sua presença no cotidiano, lidando com a subjetividade dos sujeitos e buscando a sua construção participativa em todos os territórios de convivencialidade necessita o fortalecimento de processos pedagógicos voltados ao fomento do diálogo emancipador (Buber 1974; Monteiro, 2018).

Destaca-se a seguir os principais resultados e argumentos apresentados por Battaini (2017, p. 41 a 66), a partir da análise dos documentos oficiais e de suas observações participantes em atividades de EA em Fernando de Noronha, relacionados às técnicas utilizadas para fomentar a participação nas atividades de EA, mapeadas em 2013.

A autora utilizou, na análise dos dados, as categorias de participação propostas por Díaz Bordenave (1994): informativo, consultivo, corresponsável, assessorado, autogestionado. Os resultados apontaram uma maior frequência de atividades com foco no informar os participantes. A maior parte das informações veiculadas eram relacionadas ao território de Fernando de Noronha, indicando uma possível contribuição para

o fortalecimento dos vínculos de identidade e pertencimento ao mesmo¹³. Seguido por atividades que consultavam a comunidade¹⁴ e em menor frequência as que estimulavam a corresponsabilidade¹⁵. As propostas voltadas a uma participação assessorada e autogestionada foram incipientes, um caso em cada uma delas. A principal constatação foi:

“o uso de diferentes ferramentas participativas nas 30 atividades de EA mapeadas em Noronha, porém com um baixo potencial de formação de sujeitos participativos devido principalmente ao seu foco na informação, a não enunciação da participação enquanto objetivo das atividades e a não continuidade no tempo e no espaço das ações. Dessa forma, o conjunto de atividades de EA no Arquipélago tem contribuído de uma forma tímida para a formação de sujeitos participativos que possam auxiliar a transição para uma sociedade mais sustentável” (Battaini, 2017, p. 60-61).

2. Resultados e convites aos diálogos prospectivos

A importância das políticas públicas locais estarem em sintonia com documentos e políticas nacionais, já mencionados anteriormente, assim como com documentos e políticas internacionais, dos quais o Brasil é signatário, fundamenta-se na experiência dos autores com processos de formulação e implantação de projetos de leis, programas, projetos e ações de EA, em instituições públicas e privadas e em órgãos governamentais, nos quais o processo argumentativo com superiores hierárquicos ou com legisladores e financiadores sempre foram facilitados por meio da narrativa que expõe a fundamentação da proposta em documentos aprovados em esferas superiores de poder, nacionais e internacionais.

Como exemplo, pode-se citar: Agenda 21 Global, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de princípios sobre florestas, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e demais documentos decorrentes do Fórum oficial da Rio 92 e do Fórum Internacional de ONG e Movimentos Sociais, dentre os quais destaca-se a Carta da Terra e o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Esta reflexão, sobre conexões entre políticas e acordos e a realidade local, pode ser o primeiro convite ao diálogo problematizador com educadores ambientais e distintos atores sociais comprometidos com a elaboração de políticas locais de EA. Nos trabalhos de campo realizados, alguns

desses documentos fortaleceram projetos e legitimaram narrativas, conectando a necessidade de iniciativas locais aos desafios que são globais - conservação de espécies e da biodiversidade, turismo ecológico, sustentabilidade socioambiental planetária, conservação dos oceanos, mudanças climáticas, são alguns dos temas que justificam o convite às ações de proteção às tartarugas marinhas e aos golfinhos rotadores, à destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos, dentre outras.

Um segundo convite, referente à problematização do principal procedimento adotado neste texto retrospectivo e prospectivo, é o da realização de mapeamentos e diagnósticos participativos sobre o “estado da arte”, desafiando os participantes a bem conhecerem a realidade para poder transformá-la.

As experiências vivenciadas em Noronha contribuem para dar materialidade ao Método Oca (2016). Ele aponta para um ciclo de procedimentos básicos para a realização de tais mapeamentos e diagnósticos: definição de uma temática problematizadora apropriada ao contexto, gerando o desafio de uma intervenção socioambiental educadora; criação de círculos de aprendizagem participativa e dialógica, que exercitam a enunciação de utopias, realização de análises de conjuntura, o desafiar-se a ler e escrever no sentido de estudar e aprender; realização, pelos participantes desses círculos, de todo o ciclo de uma intervenção educadora socioambientalista, junto ao território no qual pretendem atuar, incluindo nela as atividades educacionais produzidas pelos participantes.

Esse ciclo, sem fim, de mapear e diagnosticar por meio de processos praxiológicos, participativos e dialógicos, parece permitir o incremento da potência de agir e os sentimentos de identidade e pertença a uma comunidade e à paisagem que vão sendo conhecidas e problematizadas pelo agir/refletir do grupo.

O terceiro convite refere-se ao desafio de buscar compreender um determinado território geográfico, uma Ilha ou um município, como exemplos de uma totalidade composta por diversos territórios relacionais e interpretativos. Estes podem dialogar com os de dentro e com os de fora, na busca de realização de sonhos individuais e coletivos relacionados ao Bem Comum e à melhoria das condições existenciais.

Tal compreensão de totalidade e de unidade na diversidade permite enunciar o desafio de realização participativa de um projeto político pedagógico de EA que permita a sua incidência na realidade daquele território, de forma permanente, continuada, articulada e com a totalidade dos habitantes do mesmo. Este quarto convite,

exige a construção de um processo incremental de incorporação de novos participantes e uma estratégia de capilaridade e de tomada de decisões democráticas que permita caminhar-se sem negligenciar com as divergências, enfrentando-as de forma não excludente, mas sem imobilizar-se por elas.

O quinto e último convite, dentro dos limites deste texto, é o da inclusão, no PPP de EA do território, de mecanismos que o transformem em efetiva política pública, incidindo na formulação e implantação de outras voltadas à transição educadora em direção a sociedades sustentáveis. Para o seu cumprimento é preciso olhar simultaneamente para o futuro e para o presente.

Para o presente, garantindo que as quatro dimensões das políticas públicas anteriormente enunciadas estejam presentes nas estratégias de implantação do PPP. Para o futuro, compreendendo que a EA almejada e necessária para os dias atuais precisa comprometer-se com mudanças culturais profundas que além de garantir a continuidade da vida da espécie humana, possibilite a melhoria de suas condições existenciais, partilhando solidariamente o Planeta com as demais espécies e conservando a capacidade de suporte dos sistemas naturais para que outros possam por aqui passar. Mudanças culturais construídas a partir do presente exigem processos educadores potentes, no sentido de comprometer todas as pessoas e cada uma, com a construção das almeçadas transformações.

Aqui retoma-se a experiência vivenciada em Fernando de Noronha. No início, acreditou-se possível, em uma Ilha com aproximadamente quatro mil habitantes, formular-se e ver atendido o convite à participação dialógica para a construção de atividades de EA que resultassem na formulação e implantação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental, por meio de processos educadores. Acreditou-se que seria possível iniciá-la pela intervenção educadora socioambientalista, junto a pequenos grupos e, de forma incremental e articulada, ir ampliando-a junto à totalidade dos habitantes da Ilha. Sendo estes, artífices de processos permanentes, continuados e articulados de EA em todo o Arquipélago, com os moradores e com os visitantes.

Em um ano foi possível iniciar tal processo, mas a descontinuidade de seu avanço em direção a atender plenamente o terceiro e os seguintes convites aqui enunciados, não podem ser atribuídos apenas à finalização dos trabalhos de campo que sustentaram a pesquisa aqui relatada. Diversos fatores limitantes, externos e internos, apontados pelos participantes e observados no cotidiano do território, mostraram-se reais, dentre

eles pode-se mencionar: dificuldade de atuar com a educação de uma população que, muitas vezes, vive de forma transitória na Ilha; priorização de interesses institucionais frente aos relacionados aos interesses coletivos e ao Bem Comum; fragilidade da compreensão da EA como política pública estruturante, o que exige a formação dos formadores locais como educadoras e educadores em condições de dinamizar diálogos voltados a ela; pulverização das ações de EA; dificuldade de suspender os pressupostos de raízes (Bohm, 2005) e construir acordos e pactuações coletivas.

Os fatores externos apontam para a necessidade de políticas planetárias, regionais, nacionais e estaduais fortalecerem o planejamento e a realização de políticas locais de EA. Para além de diretrizes, legislação e documentos que subsidiem as práticas e reflexões no campo da EA local, seriam importantes políticas indutoras, por meio de editais públicos de financiamento, assessorias externas, para apoiar projetos locais que as demandem, além de, normatização que torne obrigatório a produção de PPP elaborados participativamente e orientações para realizá-los, dentre outras.

Os fatores internos indicam a essencialidade da quarta dimensão das políticas públicas trazidas neste artigo. A expectativa é que elas não apenas não negligenciem com os seus necessários desdobramentos na política do cotidiano, mas fortaleçam a percepção da importância da dimensão educadora ambientalista na conquista da Felicidade (Russel, 2012) e do Bem Viver (Acosta, 2016) para todos os seres com os quais se compartilha este Planeta. Para tanto será essencial, volta-se a enfatizar, a perspectiva da participação dialógica.

Qualificar a participação por meio do diálogo e qualificar o diálogo por meio da sua adequada conceituação e de procedimentos de aprendizados sobre ele (Buber, 1974; Freire, 1981; Andrade, 2014, 2016; Monteiro, 2018), que permitam a sua operacionalização no cotidiano dos trabalhos de EA.

4. Considerações finais

Os apontamentos deste artigo indicam a participação social como central para uma educação ambiental comprometida com mudanças culturais na busca por “uma nova cultura da Terra, terra e território”.

Indicam a relevância da implementação da EA enquanto política pública estruturante construída nas quatro dimensões apontadas, com especial atenção para a do cotidiano, que fortaleça a formação dialógica alicerçada nas buscas existenciais e utópicas, individuais e coletivas e no enfrentamento e superação dos desafios materiais

objetivos. A crise socioambiental exige caminhar-se na construção de sociedades sustentáveis sendo urgente a formação de pessoas que atuem nesta direção.

A situação planetária, neste momento, abril de 2020, de fragilidade política dos governos locais, nacionais e supranacionais para o enfrentamento da pandemia do Covid 19 e as causas do aquecimento global, por exemplo, aponta para a relevância da organização e atuação local, comprometida com o Bem Viver de todos que habitam este planeta. Organização e atuação que permitam à espécie humana superar as barbaridades do presente e mudar de direção para evitar outros eventos de igual ou maior magnitude no futuro.

Os ambientalistas têm apontado, já há algum tempo, os desafios que a humanidade enfrentará diante dos impactos das mudanças climáticas. As respostas a ele são de descrença, descrédito ou no máximo a pactuação de acordos, como o de Paris, que se implementados darão resultados tímidos no sentido de garantir a sobrevivência e a melhoria de condições de vida no Planeta Terra.

Os argumentos de que a economia não pode parar exigem respostas em direção a uma nova racionalidade. Uma proposta onde todos os seres humanos e não humanos estejam incluídos, o que exige um rompimento radical com o capitalismo excludente e degradante. Um mundo onde de fato a vida esteja acima do lucro.

Notas

1. As entidades vinculadas ao MMA são: Agência Nacional de Águas - ANA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ; e Serviço Florestal Brasileiro - SFB).
2. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado: 26/04/2020.
3. Todos os envolvidos na pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.
4. Os documentos analisados foram: Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental e do Parque Nacional Marinho; Projeto Noronha + 20, elaborado de forma participativa, fomentado pela parceria entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e pela Administração do Distrito Federal de Fernando de Noronha que visa garantir o bem estar ambiental e social no Arquipélago; Orientações Pedagógicas para a Inserção da Educação Ambiental no Ensino Básico de Pernambuco; Projeto Político Pedagógico da Escola de Referência em Ensino Médio Arquipélago Fernando de Noronha; Lei Orgânica do Distrito Estadual de Fernando de Noronha; e Estatuto do Conselho Noronhense de Educação.
5. Vivências em reuniões dos conselhos, participação nas intervenções educadoras, reuniões sobre meio ambiente, mas também diálogos informais do cotidiano da pesquisadora.
6. As intervenções ocorreram por meio de três projetos: Projeto Noronha Além Mar na Escola de Referência em Ensino Médio Arquipélago Fernando de Noronha (março a dezembro de 2013); Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Escola de Referência em Ensino Médio Arquipélago Fernando de Noronha (de 2013 e em julho de 2014); e Projeto Férias Ecológicas (janeiro de 2014); todos eles têm o Projeto Golfinho Rotador como proponente.
7. Fernando de Noronha é o único Distrito Estadual do Brasil, diferente de Brasília - capital do país, que é um Distrito Federal.
8. "O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado em 2007, pela Lei 11.516, é responsável pela gestão das unidades de conservação no Brasil. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente". <https://www.icmbio.gov.br/portal/>
9. Em 2016 (MEC, 2016), apenas 1,2% dos municípios não haviam sancionados os seus planos.
10. No site oficial da ADEFN não há nenhum decreto distrital formulado nesse sentido até 2020. <http://www.noronha.pe.gov.br/instLegislacao.php?cat=3>. Acessado em 29/04/2020.
11. (MEC & MMA, 2012; Trajber y Sato, 2010; Machado et al., 2015).
12. De acordo com site oficial: http://www.noronha.pe.gov.br/instAdmin_2.php. Acessado em: 30/04/2020
13. Utilizando-se de "encontros presenciais, vivências no território, produção de jornal virtual, página na internet, vídeos e spots de rádio" (Battaini, 2017, p. 58).
14. Por meio de "diálogos para levantar conhecimentos prévios; entrevistas; trabalhos em grupo para identificar, propor e apresentar soluções para questões ambientais locais; construção de acordos de convivência; questionário, roda de diálogos e produção de desenhos para identificar preferências de técnicas, temáticas e relação com as atividades" (Battaini, 2017, p. 58).
15. Empregando "sala de aula em formato de roda, manutenção do espaço de convivência coletivo, construção conjunta de Projeto de EA e de planos de aula, criação de spots de rádio, produção de material de divulgação, construção de acordos coletivos (local de encontro, ações e parceiros), atividades práticas e saídas a campo" (Battaini, 2017, p. 59).

Referencias

- Acosta, A. (2016). *Bem Viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.
- Andrade, D.F., Luca, A., Castellano, M., Rissato, C.G., & Sorrentino, M. (2014). Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. *Ciênc. educ. (Bauru)*, Bauru, 20, n. 4, 817-832.
- Andrade, D.F., & Sorrentino, M. (2016). O lugar e o difícil papel do diálogo nas políticas públicas de educação ambiental. In: *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, 25, n. 58, 139- 160.
- André, M.E.D.A. (2012). *Etnografia da prática escolar*. 18 ed. Campinas, SP: Papirus.
- Battaini, V., & Sorrentino, M. (2018). Desafios de Políticas Públicas Estruturantes de Educación Ambiental en Fernando de Noronha-Pe. *AmbientalMENTEsustentable*, 25(1), 155-170. Retrieved from <http://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2018.25.1.4669>.
- Battaini, V. (2017). *Educação Ambiental e políticas públicas em Fernando de Noronha: a participação na construção de escolas e sociedades sustentáveis*. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.
- Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Biasoli, S.A. (2015). *Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa de uma política do cotidiano*. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.
- Brasil. Decreto n. 92.755, 5 de junho de 1986. *Declara Área de Proteção Ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo, e dá outras providências*. Distrito Federal.
- Brasil. Decreto n. 96.693, 14 de setembro de 1988. *Cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dá outras providências*. Distrito Federal.
- Brasil, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.9.394/96. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. Presidência da República. Lei n. 9.795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a *Política Nacional de Educação Ambiental* e dá outras providências.
- Brasil. Lei n. 9985/2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Distrito Federal.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente & Ministério da Educação. (2006). *Programa Nacional de formação de educadoras(es) ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Série Documentos Técnicos - 7. Brasília.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente & Ministério da Educação. (2007) *Comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola. Com-vida*. Série Documentos Técnicos - 7. Brasília.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2012). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Resolução nº 2.
- Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. (2012). *Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais*. Brasília.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental. (2014). *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 3. ed. Brasília.
- Brasil. Presidência da República. Lei n. 13.005/2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*.
- Brasil.. Ministério da Educação. Retrieved from <http://www.deolhonosplanos.org.br/planos-de-educacao/> Acessado: 11/12/2016.
- Bohm, D. (2005). *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena.
- Buber, M. (1974). *Eu e Tu*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Díaz, J.E. (1994). *O que é participação*. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- Heidemann, F.G. (2010). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: Heidemann, F.G., & Salm J.F. (Orgs). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB, 23-39.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frey, K. (2000). Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*. n. 21, 211-259.
- Goldenberg, M. (1999). Objetividade, representatividade e controle de bias na pesquisa qualitativa. In: *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Recard, 44-52.

- Goldenberg, M. (1999). Pesquisa qualitativa: problemas teóricos-metodológicos. In: *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Recard, 53-60.
- Guimarães, M. Intervenção educacional. In: Ferraro, Luiz Antônio Júnior (Org.). (2005). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(ES) ambientais e coletivos educadores*. Vol1. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental.
- Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE). (2019). Retrieved from <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/fernando-de-noronha/panorama>. Acessado: 30/04/2020.
- Jaccound, M., & Mayer, R. (2008). A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: Poupart, J., Deslauriers J., Groulx, L., Jaccound, M., Mayer, R., & Pires, Á. (Organizadores). *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 254-294.
- Linsker, R. (2011). *Arquipélago de Fernando de Noronha. O paraíso do vulcão*. 2 ed. São Paulo, Terra Virgem Editora.
- Ludke, M., & André, M.E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Machado J., Trovarelli, R., Battaini, V., Brianezi, T., Alves, D.M.G., Biasoli, S., Silva, L.S., & Sorrentino, M. (2015). Espaços educadores sustentáveis: a dimensão da cidadania incorporada a partir de processos educadores ambientalistas. *Comunicações*. Piracicaba. Ano 22. n. 2. 217-240. Ed. Especial.
- Monteiro, R.A.A. (2018). *O diálogo em processos de educação ambiental: análise das relações existentes entre uma ONG e pescadores artesanais marítimos do litoral paulista*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Morimoto, I.A.T.O. (2014). *Direito e Educação Ambiental: Estimulo à Participação Crítica e à Efetiva Aplicação de Normas Voltadas à Proteção Ambiental no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo.
- Morin, E. (2003). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8.ed. São Paulo: Cortez.
- Neto, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Deslandes, S.F., Neto, O.C., & Minayo, M.C.S.(Org.). (2002). *Pesquisa social - teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 51-66.
- Nicolescu, B. (1999). *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Triom: São Paulo.
- OCA (2016). O “método Oca” de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental. *Ambiente & Educação*. Vo.21, n.1. Retrieved from <https://ocaesalq.files.wordpress.com/2013/07/revista-amb-educ-metodo-oca-vol-21-no1-2016.pdf>
- Pernambuco. *Lei n. 11.304/1995. Institui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, aprova sua Lei Orgânica, dispõe sob medidas de natureza administrativa*.
- Pernambuco. Secretaria de Educação. (2013). *Caderno de orientações pedagógicas para a educação ambiental: rede estadual de ensino de Pernambuco /Secretaria de Educação; colaboradores Ana Rita Franco do Rego ... [et al.] ; coordenação pedagógica do caderno Walkiria Cavalcanti Prado... [et al.] ; apresentação Ana Selva. - Recife : A Secretaria*.
- Portugal, S., Sorrentino, M., & Viezzer, M. (2012). Educação Ambiental na Formação de Jovens e Adultos. In: Sorrentino, Marcos (Org.). *Educação Ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências*. 1 ed. Curitiba: Appris, 225-243.
- Raymundo, M.H., Diniz, N., Maranhão, R., & Janke, N. (2015). Projeto Político Pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. *Ambientalmente Sustentable*, xullo-decembro, ano X, vol. II, n. 29, 151-165.
- Rocha, M.L., & Aguiar, K.F. (2003). Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.
- Trajber, R., & Sato, M. (2010). Escolas Sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256. Retrieved from <https://periodicos.furg.br/reimea/article/view/3396/2054>. Acessado em: 29/04/2020.
- Russel, B. (2012). *A conquista da felicidade*. Saraiva de bolso.
- Santos, B.S. (2008). *Pela mão da Alice: o social e o político na pós modernidade*. 12 ed. São Paulo, Cortez, 348.
- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, ; MENDONÇA, P., & Ferraro Junior, L.A. (2005). Educação Ambiental como Política Pública. *Educação e Pesquis.*, São Paulo, v. 31, n. 2, 285-299.
- Sorrentino, M. Educador Ambiental Popular. In: Ferraro Junior, Luiz Antônio (Org.). (2013). *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Vol. 3. Brasília: MMA/DEA, 143-153.
- Sorrentino, M., Portugal, S., Pazos, A.S.P. , & Vázquez, C.V. (2020). Por una nueva cultura de latierra, Tierra y territorio: rutas de transición para sociedade sustentables. *Carpeta Informativa del CENEAM*.
- Souza, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. (2006). *Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 16, 20-43.
- Rocha, M.L. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. (2003). *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23 (4), 64-73.
- Viezzer, M. (2004). *Somos todos aprendizes: lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental*. Retrieved from: <<http://tratadodeea.blogspot.com.br/2008/06/somos-todosaprendizes-lembranas-da.html>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Battaini, V., & Sorrentino, M. (2020). Educação ambiental local e global: políticas públicas e participação social em fernando de noronha. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 36, 49-61. DOI: 10.7179/PSRI_2020.36.03

DIRECCIÓN DE LOS AUTORES

VIVIAN BATTAINI. E-mail: vivian_battaini@yahoo.com.br

MARCOS SORRENTINO. E-mail: sorrentino.ea@gmail.com

PERFIL ACADÉMICO

VIVIAN BATTAINI. Doutora e Mestre em Ciências - Programa Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA, 2017; 2011). Pesquisadora do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca - ESALQ/USP, 2010 - 2019). Membro da Equipe Pedagógica da Especialização Educação Ambiental e Transição para Sociedades Sustentáveis (Oca - ESALQ/USP). Educadora Ambiental do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental.

MARCOS SORRENTINO. Pedagogo, biólogo e ambientalista. Professor sênior da USP, campus de Piracicaba. Foi diretor de EA do Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil, de 2003 a 2008. Coordenador do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca - ESALQ/USP).

